



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, julho/2003

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Daniel Sigelmann

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, 2^o andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 6, jun. 2003. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em junho, o Governo Central apresentou superávit primário de R\$ 754,7 milhões. A redução no resultado em relação ao superávit médio do período janeiro-maio (R\$ 5,7 bilhões) reflete, em primeiro lugar, o início das restituições do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referentes ao ano calendário de 2002, com o pagamento de mais de R\$ 1,5 bilhão, e a aceleração no gasto discricionário, que aumentou em R\$ 503,9 milhões relativamente a maio. Além disso, pesou no resultado o pagamento de férias dos Poderes Legislativo e Judiciário e da nona parcela do percentual de 28,86% aos servidores do Executivo. Finalmente, houve redução nas receitas atípicas.

O resultado primário do Governo Central em 2003 atinge R\$ 29,2 bilhões no 1º semestre, cerca de 3,94% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Mai 2003	Jun 2003	Jan-Jun 2002	Jan-Jun 2003
I. RECEITA TOTAL	29.574,5	25.112,9	150.680,8	173.206,7
I.1. Receitas do Tesouro	23.527,8	18.941,4	118.988,4	137.853,3
I.1.1 Receita Bruta	23.905,9	20.474,4	121.369,9	141.139,8
I.1.2. (-) Restituições	-378,0	-1.533,0	-2.282,2	-3.286,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.046,7	6.171,5	31.692,4	35.353,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.735,9	4.227,2	27.876,4	32.084,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	22.838,7	20.885,6	122.804,4	141.122,7
IV. DESPESA TOTAL	19.140,1	20.133,4	102.670,2	111.896,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.899,1	6.444,9	34.580,1	37.071,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.825,9	7.979,9	38.485,6	44.755,2
IV.3. Custeio e Capital	5.372,1	5.645,1	29.604,6	29.807,1
IV.3.1. Despesas do FAT	841,0	420,1	2.746,0	3.245,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	154,8	344,8	467,3	1.026,5
IV.3.3. Outras Despesas	4.376,3	4.880,2	26.391,3	25.534,6
IV.4. Transferência ao Banco Central	43,1	63,4	0,0	262,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.698,6	752,2	20.134,2	29.226,0
V.1. Tesouro Nacional	5.477,7	2.560,7	26.927,3	38.627,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.779,2	-1.808,5	-6.793,1	-9.401,8
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-25,8	2,5	-305,0	-71,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.672,8	754,7	19.829,2	29.154,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,20%	3,94%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	24,33%	23,45%
Transferências	4,50%	4,33%
Receita Líquida	19,83%	19,12%
Despesa Total	16,62%	15,17%
Resultado Primário	3,21%	3,94%

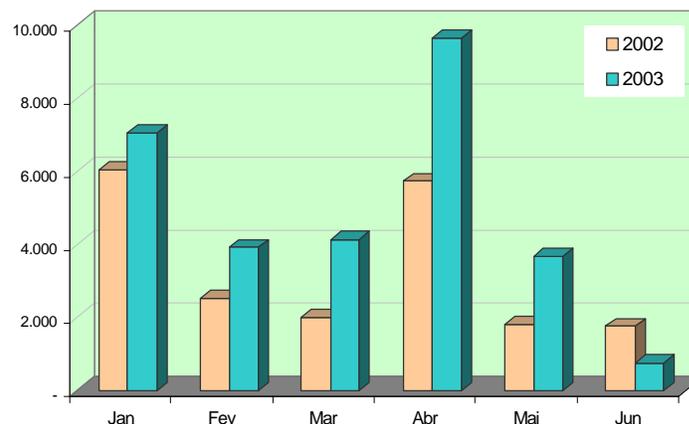
No acumulado do ano, o superávit do Governo Central atingiu R\$ 29,2 bilhões (equivalente a 3,94% do PIB estimado para o período), frente a um superávit de R\$ 19,8 bilhões (3,20% do PIB) em igual período de 2002, a despeito: i) das despesas com o Programa de Subsídio à Habitação (PSH) e o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), ambas sem contrapartida

Até junho, o resultado primário do Governo Central ficou 0,74 ponto percentual do PIB acima do obtido em igual período do ano anterior.

no mesmo período do ano anterior; ii) do incremento nos gastos com subsídios nos Programas de Custeio Agropecuário e de Investimento Rural ao longo dos primeiros seis meses de 2003; e iii) do aumento de, em média, 892,9 mil benefícios pagos por mês pela Previdência Social, incluindo 363,0 mil novas aposentadorias em 2003, em relação ao igual período de 2002.

PRINCIPAIS VARIACIONES	
Acumulado: Jun2003/Jun2002	
Receitas	14,9%
Tesouro	15,9%
Previdência	11,6%
Transferências	15,1%
Receita Líquida	14,9%
Despesas	9,0%
Benefícios	16,3%
Pessoal	7,2%

Superávit do Governo Central
Brasil, 2002/2003



No acumulado até junho, a evolução do resultado primário a preços correntes reflete, de um lado, a expansão da receita líquida, que registrou aumento de R\$ 18,3 bilhões (14,9%), e de outro, o comportamento menos dinâmico da despesa, a qual suplantou em R\$ 9,2 bilhões (9,0%) o acumulado no 1º semestre de 2002. Como proporção do PIB, o aumento do resultado primário refletiu a retração mais acentuada da despesa (- 1,45 ponto percentual) do que da receita líquida (de 0,72 ponto percentual). Outrossim, o perfil do superávit primário do Governo Central ao longo do ano foi similar a 2002, salvo pelo diferimento até agora de parte da despesa discricionária, como discutido em edições anteriores deste boletim.

A redução na arrecadação de 2003, em proporção do PIB, decorreu, fundamentalmente, de menor volume de ingressos atípicos, contestações judiciais, retração da produção industrial e redução das alíquotas do IPI e do II.

As receitas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de R\$ 18,9 bilhões (15,9%), espelhando a elevação do PIB nominal e a depreciação da taxa de câmbio (na comparação entre o 1º semestre de 2003 e de 2002). Entretanto, a participação desse agregado no PIB sofreu redução de 0,57 ponto percentual, explicada, em grande parte, pela ocorrência de receitas atípicas expressivas no 1º semestre de 2002 que, conforme previsto, não se repetiram na mesma intensidade no atual exercício. Ademais, outros fatores afetaram negativamente o nível de arrecadação, tais como: i) decisões judiciais desfavoráveis no âmbito da Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e do Imposto

sobre Produtos Industrializados (IPI); ii) redução de alíquotas do IPI e do Imposto de Importação (II); e iii) menor dinamismo da atividade industrial, que é mais tributada (em relação ao PIB total) e cujo setor mais dinâmico tem sido o do agro-negócio.

As transferências a entes subnacionais caíram 0,16 ponto percentual do PIB, reflexo, principalmente, da redução das receitas partilhadas (Imposto de Renda e principalmente IPI) este ano *vis-à-vis* igual período de 2002, na ausência de receitas atípicas como as observadas no começo de 2002 em função do pagamento de imposto de renda de anos anteriores por parte dos fundos de pensão.

A despesa de pessoal e encargos sociais apresentou crescimento de R\$ 2,5 bilhões (7,2%) em relação ao 1º semestre de 2002. Não obstante, em percentual do PIB, observou-se redução de tais despesas em 0,57 ponto percentual. A despesa com custeio e capital reduziu sua participação em 0,75 ponto percentual, com destaque para os gastos de natureza discricionária. Embora tenha sido constatada aceleração desse item em junho – indicando que os órgãos gestores despenderam um percentual maior dos recursos disponibilizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – o desembolso no 1º semestre ainda encontra-se abaixo do limite autorizado. Observa-se no período que os ministérios diretamente ligados a ações sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) utilizaram 92,3% de seus limites de pagamento, ao passo que a execução de despesas dos demais Ministérios, onde há maior grau de discricionariedade, atingiu 69,9% em igual período.

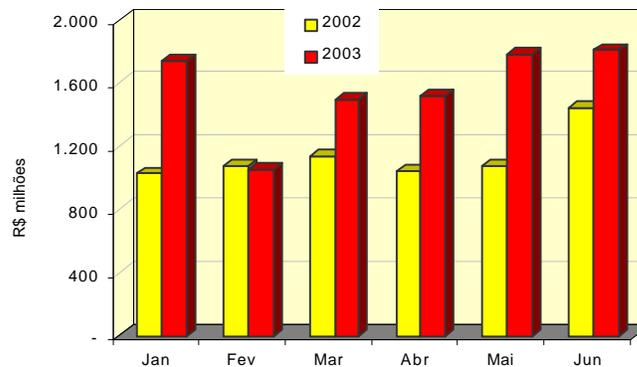
O déficit da Previdência Social (Regime Geral da Previdência Social-RGPS) montou a R\$ 9,4 bilhões, R\$ 2,6 bilhões (38,4%) acima do déficit do 1º semestre de 2002. Em percentual do PIB, passou de 1,10% para 1,27%. Tal deterioração é consequência do dinamismo dos gastos com benefícios (+16,3%), impulsionados pelos reajustes do salário mínimo e dos demais benefícios, bem como pela ampliação do contingente de beneficiários. A trajetória da receita líquida do INSS (+11,6%), por sua vez, manteve-se abaixo da taxa de crescimento da massa salarial nas principais capitais estimada pelo IBGE.

As despesas do Tesouro Nacional mantém a trajetória de redução em 2003, tendo apresentado queda de 1,29 ponto percentual do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Líquida	5,11%	4,78%
Benefícios	6,21%	6,05%
Resultado Primário	-1,10%	-1,27%

Até junho de 2003, o déficit do RGPS alcançou 1,27% do PIB, frente a 1,10% em igual período de 2002.

Déficit da Previdência Social
Brasil, 2002/2003



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em junho de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 20,5 bilhões, representando redução de R\$ 3,5 bilhões em relação a maio. Este comportamento explica-se, principalmente, pelas quedas da arrecadação do IRPJ (R\$ 2,0 bilhões), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (R\$ 569,9 milhões) e das demais receitas (R\$ 786,8 milhões).

Em junho, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 20,5 bilhões.

Os recolhimentos do IRPJ e da CSLL ficaram abaixo do observado, no mês de maio, em virtude de arrecadação atípica naquele mês referente ao setor de combustíveis, em decorrência de pagamentos de débitos em atraso e de aumento de resultado operacional.

As demais receitas do Tesouro ficaram R\$ 786,8 milhões abaixo das observadas no mês de maio. O principal fator explicativo desta redução refere-se aos pagamentos de dividendos por parte das empresas estatais: enquanto que em maio tais pagamentos atingiram R\$ 855,7 milhões, em junho perfizeram R\$ 13,8 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

De janeiro a junho de 2003, as receitas brutas do Tesouro Nacional totalizaram 19,1% do PIB, contra 19,6% em igual período de 2002. Esse comportamento decorre, em grande medida, da arrecadação atípica (R\$ 7,4 bilhões) do primeiro semestre de 2002, proveniente do pagamento de débitos em atraso de fundos de pensão, conforme Medida Provisória nº 2.222/01.

Em parte, essa redução foi compensada pelo incremento de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação do IRPJ pelas entidades financeiras e pelas maiores

receitas do IRRF sobre rendimentos de capital, que passaram de R\$ 6,6 bilhões para R\$ 9,7 bilhões em 2003.

Também cresceram as receitas com o Imposto de Importação, subindo de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 4,1 bilhões. Esse resultado ocorreu em função da depreciação de 30,4% na taxa média de câmbio do período, mais que compensando a redução 9,7% na alíquota média.

Por outro lado, as receitas do IPI diminuíram de 1,5% para 1,3% do PIB. Tal queda decorre de decisões judiciais favoráveis a contribuintes e pela redução de alíquotas em produtos químicos, metalurgia básica e automóveis.

As receitas de contribuições totalizaram o equivalente a 8,7% do PIB, representando crescimento de 0,3 ponto percentual em relação a igual período de 2002. Destaca-se, nesse comportamento, o aumento da CSLL, de 0,9% para 1,1% do PIB, em razão do maior volume arrecadado do setor de combustíveis em maio de 2003, conforme mencionado.

As receitas da CIDE-Combustíveis, no entanto, apresentaram redução de 0,6% para 0,5% do PIB, em que pese a arrecadação de 2002 referir-se somente a cinco meses ao invés de seis. Cabe destacar que os recolhimentos em 2003 foram afetados por decisões judiciais favoráveis aos contribuintes.

As demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 14,8 bilhões até junho deste ano, contra R\$ 12,5 bilhões no ano anterior. A arrecadação da cota-parte de compensações financeiras passou de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 5,9 bilhões, como decorrência da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, bem como do aumento da produção petrolífera. Esse crescimento mais que compensou a queda de R\$ 1,3 bilhão verificada nas receitas com concessões, que em 2002 refletiram arrecadação decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”.

Os dividendos pagos à União totalizaram R\$ 2,0 bilhões, mantendo-se em patamar semelhante ao ano anterior. Em magnitude, os principais recolhimentos no primeiro semestre de 2003 provieram da Petrobras (R\$ 942,3 milhões) e da Caixa Econômica Federal (R\$ 296,8 milhões).

Em junho, as transferências a estados e municípios foram de R\$ 4,2 bilhões, contra R\$ 6,7 bilhões em maio, refletindo, principalmente, o início do processo de devolução das restituições do IRPF no caso das transferências constitucionais e, no caso das demais transferências, os recolhimentos da

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Impostos	9.2%	8.4%
Imposto de Renda	6.8%	6.2%
IPI	1.5%	1.3%
Outros	0.9%	0.8%
Contribuições	8.4%	8.7%
Cofins	3.8%	3.8%
CPMF	1.5%	1.5%
CSLL	0.9%	1.1%
Cide - Combustíveis	0.6%	0.5%
Outras	1.6%	1.8%
Demais	2.0%	2.0%
Dividendos da União	0.3%	0.3%
Concessões	0.2%	0.0%
Outras	1.5%	1.7%
Total Bruto	19.6%	19.1%

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Jun (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2002	2003
Petrobras	1.036.8	942.3
Infraero	36.2	111.9
Correios	124.8	103.6
Banco do Brasil	111.5	163.7
Caixa	-	296.8
BNDES	444.4	-
Eletrobras	-	189.4
IRB	44.2	84.2
Demais	202.7	192.8
Total	1.956.5	2.000.6

**Transferências a
Estados e
Municípios**

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
2003
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun
Constitucionais	4.986,0	3.554,4
Desoneração do ICMS	265,9	265,9
Demais	1.483,9	406,9
Total	6.735,9	4.227,2

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
Jan-Jun (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,67%	3,30%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,31%
Demais	0,51%	0,72%
Total	4,50%	4,33%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun
Pessoal e Encargos	5.939,6	6.444,9
Custeio e Capital	5.431,1	5.645,1
Despesas do FAT	841,0	420,1
Subsídios e Subvenções	211,5	344,8
Outras	4.378,7	4.880,2
Transferência ao Bacen	43,1	63,4

**OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun
	2003	2003
Agricultura	50,3	86,7
Custeio Agropecuário	27,1	30,1
Preços Agrícolas	-4,6	-3,6
- EGF	0,7	0,0
- AGF	-7,3	-7,3
- Sustentação de preços	2,0	3,7
Pronaf	27,8	31,4
Pesa	0,0	28,8
Outros	51,2	156,7
Exportação (Proex)	36,7	141,0
Habitação (PSH)	14,5	15,7
Total	101,5	243,4

participação especial pela exploração de petróleo no final de abril, repassados aos estados no primeiro decêndio de maio.

No semestre, as transferências a estados e municípios perfizeram 4,33% do PIB, representando queda de 0,16 ponto percentual em relação a igual período de 2002. Os principais fatores explicativos dessa diminuição foram os já mencionados recolhimento atípico do IRPJ em 2002 e a queda no IPI.

Enquanto as transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações mantiveram-se em 0,31% do PIB, as demais transferências a estados e municípios aumentaram de 0,51% para 0,72% do PIB, devido, principalmente, aos repasses dos *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram acréscimo de R\$ 839,2 milhões (7,4%) em relação a maio, focalizado nos gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 545,8 milhões) e nas outras despesas de custeio e capital (R\$ 503,9 milhões).

O incremento nas despesas de pessoal e encargos sociais deveu-se, em grande parte, aos gastos sazonais com férias e pagamento do adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. Ademais, em junho ocorreu o pagamento da nona parcela do percentual de 28,86% devidos aos servidores do Poder Executivo, consoante estabelecido pela Medida Provisória nº 2.169-41, de 28/06/2001. Para o pagamento da mencionada parcela o Tesouro Nacional liberou recursos no montante de R\$ 350,7 milhões.

As despesas totais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com abono salarial, seguro desemprego e demais gastos perfizeram R\$ 420,1 milhões em junho, contra R\$ 841,0 milhões no mês anterior. Vale ressaltar que a despesa com seguro desemprego no mês de maio foi influenciada pela concentração de pagamentos efetuados no último dia útil de abril, sem contrapartida desse evento em junho.

No que se refere aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve incremento de R\$ 190,0 milhões. Tal variação pode ser explicada, principalmente: i) pela elevação dos gastos com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), os quais passaram de R\$ 36,7 milhões, em maio, para R\$ 141,0 milhões, este mês; e

ii) pelos dispêndios com o PESA, atingindo R\$ 28,8 milhões, em junho, sem contrapartida no mês anterior.

Por fim, o incremento de R\$ 503,9 milhões nas outras despesas de custeio e capital, como mencionado, refletiu a maior execução das despesas das unidades gestoras no mês de junho relativamente ao mês anterior. É importante destacar que a liberação de recursos do Tesouro Nacional para a realização das despesas de custeio e capital segue estritamente o cronograma do limite de pagamento contido no Decreto nº 4.708, de 28/05/2003, tendendo a aceleração nos gastos a se refletir na diminuição dos saldos de recursos disponíveis de cada ministério.

As despesas do Tesouro Nacional registraram queda de 1,28 ponto percentual do PIB em relação ao primeiro semestre de 2002, sendo 0,57 ponto percentual relativo à despesa com a folha salarial do funcionalismo público e 0,75 ponto percentual a gastos com custeio e capital.

No primeiro semestre deste ano a rubrica pessoal e encargos sociais atingiu 5,01% do PIB, contra 5,58% no ano anterior. Em termos nominais, a despesa elevou-se em R\$ 2,5 bilhões devido ao crescimento vegetativo da folha salarial, ao realinhamento salarial e reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo ocorrido ao longo do segundo semestre de 2002, além de sentenças judiciais, ao pagamento de passivos e precatórios.

As despesas do FAT mantiveram-se praticamente constantes em proporção do PIB, comparativamente a idêntico período de 2002, atingindo 0,44 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, observou-se aumento de R\$ 500,0 milhões, basicamente como reflexo do reajuste do salário mínimo nos gastos com o benefício do seguro desemprego.

As demais despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 3,45% do PIB, com queda de 0,81 ponto percentual em relação ao primeiro semestre de 2003. Apesar disso, os dispêndios realizados pelos ministérios ligados a áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) utilizaram 93,2% dos seus limites de pagamentos, ao passo o percentual de execução dos demais ministérios, em igual período, atingiu 69,9%.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas apresentaram acréscimo de R\$ 559,2 milhões comparativamente ao primeiro semestre de 2002. Tal comportamento é justificado, em parte, com os gastos com o PSH e

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESAPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Pessoal e Encargos	5,58%	5,01%
Custeio e Capital	4,78%	4,03%
Despesas do FAT	0,44%	0,44%
Subsídios e Subvenções	0,08%	0,14%
Outras	4,26%	3,45%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,04%



OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Jun (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Agricultura	248,0	268,7
Custeio Agropecuário	99,8	197,2
Investimento Rural	14,3	104,1
Preços Agrícolas	10,8	-298,0
- EGF	0,8	5,3
- AGF	-59,8	-316,2
- Sustentação de preços	69,8	12,9
Pronaf	123,1	171,9
Pesa	0,0	93,4
Cacau	0,0	0,2
Outros	121,8	344,9
Habitação (PSH)	0,0	148,8
Exportação (Proex)	121,8	196,1
Total	369,8	613,6

com o PESA, ambos sem contrapartida no mesmo período do ano anterior. Destacam-se, ainda, o incremento nas despesas com subsídios nos Programas de Custeio Agropecuário e de Investimento Rural. O incremento ocorreu a despeito do recebimento líquido de R\$ 316,2 milhões nas operações do Programa Aquisição do Governo Federal no primeiro semestre de 2003, influenciadas pelas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas no período, principalmente, arroz, milho e algodão.

As transferências de recursos para custeio de despesas administrativas do Banco Central totalizaram R\$ 262,8 milhões, sem correspondência no primeiro semestre de 2002.

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,8 bilhão em junho, mesmo nível verificado no mês de maio. Observa-se incremento de 2,0% nas despesas com benefícios previdenciários, que perfizeram R\$ 8,0 bilhões, contra R\$ 7,8 bilhões em maio, contrabalançado com o aumento na arrecadação líquida que passou de R\$ 6,0 bilhões para R\$ 6,2 bilhões.

**TABELA 2
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Brasil, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun	Jan-Jun	
	2003	2003	2002	2003
Arrecadação Líquida	6.046,7	6.171,5	31.692,4	35.353,4
Arrecadação Bruta	6.545,7	6.649,0	34.373,2	38.414,5
- Contribuição Previdenciária	6.157,0	6.291,8	32.188,4	36.058,6
- Simples	249,8	266,2	1.271,6	1.514,0
- CDP	0,0	0,0	53,1	0,0
- CFT	55,6	0,0	222,6	142,0
- Depósitos Judiciais	44,6	63,6	377,5	491,4
- Refis	28,7	27,4	192,4	177,4
- Outras Receitas	9,9	0,0	67,7	31,1
(-) Restituição/Devolução	-41,7	-20,8	-148,0	-143,9
(-) Transferências a Terceiros	-457,3	-456,8	-2.532,8	-2.917,3
Benefícios Previdenciários	7.825,9	7.979,9	38.485,6	44.755,2
Resultado Primário	-1.779,2	-1.808,5	-6.793,1	-9.401,8
Resultado Primário/PIB			-1,10%	-1,27%

*Em junho, o déficit da
Previdência Social foi de
R\$ 1,8 bilhão.*

No primeiro semestre deste ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 35,4 bilhões, representando um acréscimo nominal de 11,6% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 4,8 pontos percentuais no acumulado de 2003, apresentando queda de 0,3 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 44,8 bilhões, superando em R\$ 6,3 bilhões o montante observado no mesmo período de 2002, quando estas totalizaram R\$ 38,5 bilhões. Tal comportamento decorre do aumento de: i) 14,1% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 892,9 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2003 quando comparado à igual período do ano anterior.

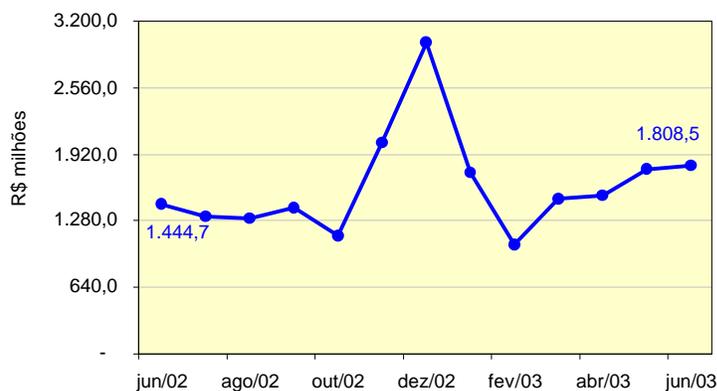
Benefícios Emitidos	jan/2002-jun/2002	jan/2003-jun/2003	%
Quantidade*	20,4	21,3	4,4%
Valor Médio**	321,2	366,4	14,1%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

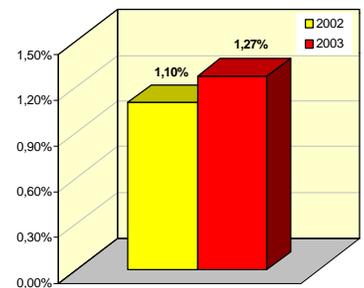
Considerando as emissões médias dos benefícios no primeiro semestre do ano, comparativamente ao mesmo período de 2002, observam-se os seguintes incrementos: i) 363,0 mil (3,2%) nas aposentadorias; ii) 213,9 mil (32,3%) nos auxílios – doença; iii) 148,4 mil (2,8%) nas pensões por morte; iv) 133,7 mil (6,3%) nos benefícios assistenciais; v) 23,4 mil (3,4%) nos benefícios acidentários; vi) 8,0 mil (6,0%) nos salários maternidade; e vii) 2,5 mil (14,5%) nos demais benefícios.

De janeiro a junho, o RGPS acumulou déficit primário de cerca de R\$ 9,4 bilhões, correspondendo à uma elevação nominal de 38,4% em relação a idêntico período de 2002. Como proporção do PIB estimado, o resultado situou-se 0,17 ponto percentual acima daquele observado em idêntico período de 2002 (1,27% do PIB e 1,10% do PIB, respectivamente).

Déficit da Previdência Social
Brasil, 2002/2003



Déficit da Previdência Social
Brasil, Jan-Jun (R\$ bilhões)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 341,7 bilhões em junho, equivalentes a 23,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em junho de 2002.

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 341,7 bilhões.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

(R\$ milhões)

	2002	2003	
	Jun	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	135.042	108.126	124.607
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	544.611	623.512	635.669
Dívida Contratual da STN	-314.369	-394.651	-390.971
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-95.200	-120.734	-120.091
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	212.765	223.006	217.124
Dívida Mobiliária em Poder do Público	163.791	169.782	167.339
Títulos Depositados em Garantia	-4.566	-5.926	-5.615
Dívida Contratual	54.545	60.119	56.406
Disponibilidades	-1.005	-969	-1.006
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	347.807	331.133	341.731
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	28,0%	23,4%	23,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em relação a maio, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou aumento de R\$ 10,6 bilhões, equivalente a 0,3 ponto percentual do PIB. Para tal comportamento contribuiu a emissão líquida de R\$ 4,7 bilhões da dívida interna e apropriação de juros nominais de R\$ 11,8 bilhões, compensado em parte pela redução dos saldos em reais da dívida externa líquida no montante de R\$ 5,9 bilhões, decorrente da apreciação do real frente ao dólar ocorrida no mês.

Dívida Interna Líquida

O incremento de R\$ 16,5 bilhões da dívida interna líquida no mês de junho deveu-se: i) ao aumento da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 12,2 bilhões, resultante da mencionada emissão líquida e da apropriação de juros; e ii) à diminuição dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações em cerca de R\$ 4,3 bilhões, devido, por um lado, à redução do saldo das aplicações remuneradas pela variação cambial e, por outro, às variações negativas do IGP-M (1,00%) e do IGP-DI (0,70%), que corrigem a maior parte dos créditos do Tesouro Nacional frente a terceiros, incluindo significativa parte das dívidas dos Estados e Municípios.

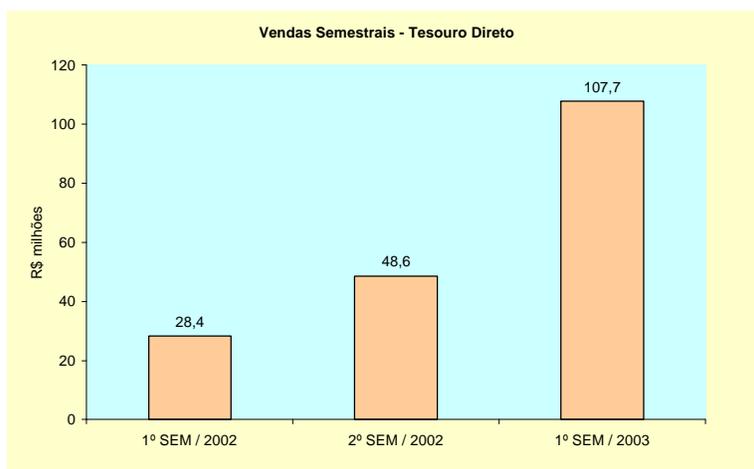
TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

	(R\$ milhões)		
	2002	2003	
	Jun	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	135.042	108.126	124.607
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	544.611	623.512	635.669
LFT	270.183	421.657	427.736
LTN	56.249	21.490	29.915
NTN-C	35.921	54.257	53.870
NTN-D	61.936	36.331	35.626
Demais	97.478	63.943	62.695
Dívida Securitizada	20.649	23.724	23.746
TDA	2.194	2.110	2.080
DÍVIDA CONTRATUAL	-409.569	-515.385	-511.062
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-314.369</i>	<i>-394.651</i>	<i>-390.971</i>
Dívida Bancária	25.424	25.477	25.511
Lei nº 7.976/89	-11.574	-10.999	-10.588
Lei nº 8.727/93	-45.418	-47.385	-47.436
Lei nº 9.496/97	-159.601	-206.088	-205.385
Renegociação Dívida Municipais	-21.276	-29.640	-29.728
Demais Haveres da STN	-101.923	-126.015	-123.345
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-95.200</i>	<i>-120.734</i>	<i>-120.091</i>
FAT	-68.082	-84.312	-83.188
Demais Entidades	-27.119	-36.423	-36.903
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	43,8%	44,0%	44,1%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,9%	-36,4%	-35,4%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,3%	-27,9%	-27,1%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,9%	7,6%	8,6%

Em junho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 124,6 bilhões.

Em junho, o Tesouro Nacional emitiu em mercado R\$ 34,3 bilhões de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) e resgatou R\$ 29,6 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 4,7 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 33,4 bilhões, sendo: i) R\$ 25,3 bilhões em LFT, com vencimentos em março e maio de 2005 e 2006 e junho de 2007; ii) R\$ 7,9 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2004; e iii) R\$ 125,9 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017 e abril de 2021.



Emissões e Resgates

Boxe 1 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos, R\$ 20,7 bilhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 45,5% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN), 32,2% a títulos remunerados pela taxa Selic (LFT) e os 22,3% restantes a títulos remunerados a índices de preços – IGP-M (NTN-C).

No primeiro semestre de 2003, o Programa Tesouro Direto registrou vendas de R\$ 107,7 bilhões, ficando evidenciado expressivo crescimento se comparado ao ano de 2002, visto que as vendas no primeiro semestre de 2003 foram 39,88% superiores ao total vendido em todo o ano de 2002.

No que diz respeito ao gerenciamento da DPMFi, destacaram-se, no mês: i) o declínio dos deságios e alongamento dos prazos de emissão das LFT, para até 48 meses; e ii) as expressivas emissões de títulos prefixados – LTN, com alongamento dos prazos de emissão e redução das taxas médias aceitas nos leilões.

O Tesouro Nacional realizou, em junho, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 4,7 bilhões.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 880,7 milhões, destacando-se: i) R\$ 300,0 milhões em NTN-D em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em troca de NTN-I mantidas por aquela instituição; ii) R\$ 164,4 milhões em LFT para renegociação do Crédito Rural junto ao Banco do Brasil S/A; e iii) R\$ 168,1 milhões em NTN-H a favor da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras - em garantia do saldo devedor da Conta Petróleo.

Os resgates, por sua vez, perfizeram R\$ 29,6 bilhões em títulos, dos quais a maior parte, R\$ 27,9 bilhões, referem-se a títulos que foram emitidos por meio de oferta pública. O cancelamento relativo às emissões diretas totalizou R\$ 1,7 bilhão, ressaltando-se: i) R\$ 330,3 milhões em NTN-I, conforme operação citada no parágrafo anterior; e ii) R\$ 168,1 milhões em NTN-H, em virtude de operação de troca com a Petrobras envolvendo títulos semelhantes, porém com prazos mais longos.

Boxe 3 Emissão de NTN - C

Foi realizado, nos dias 29 e 30 de maio, com liquidação financeira em 02 de junho, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2017 e 2021. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 121,3 milhões, sendo a maior parte, R\$ 96,3 milhões (79,38%), correspondente aos títulos com vencimento em 2017 e o restante, R\$ 25,2 milhões (20,62%), relativos àqueles vencendo em 2021.

Do valor arrecadado, quase a totalidade (99,31%) correspondeu a recebimento em dinheiro. Pela troca dos títulos de 2021 foram aceitas LFT-B, não tendo havido troca para os títulos vencendo em 2017. As taxas obtidas foram de 10,15% a.a. para o título mais curto e 10,12% a.a. para o título mais longo.

**TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER
DO PÚBLICO
BRASIL, Jun/2003**

(R\$ milhões)			
Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	33.398	881	34.279
LFT	25.329	164	25.493
LTN	7.943	0	7.943
NTN-C	126	0	126
NTN-D	0	300	300
TDA	0	8	8
Securitizada**	0	58	58
Demais	0	350	350
II. Resgates***	27.937	1.653	29.590
LFT	27.351	0	27.351
LTN	0	0	0
NTN-C	414	0	414
NTN-D	172	0	172
TDA	0	24	24
Securitizada**	0	243	243
Demais	0	1.385	1.385
III. Valor líquido (I-II)	5.461	-772	4.689

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta. Destaca-se também que estão incluídas as vendas por meio do Tesouro Direto.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Quanto à composição da DPMFi, o maior destaque foi o aumento da participação dos títulos prefixados – resultante da expressiva emissão líquida de LTN no mercado no montante de R\$ 7,9 bilhões – que atingiu 4,7% em junho, contra 3,5% em maio. Este movimento segue a tendência observada ao longo deste ano e está em conformidade com as diretrizes constantes no Plano Anual de Financiamento 2003, que estabeleceu um intervalo de participação das LTN na composição da DPMFi de 5% e 15% do total desta dívida. Também foram observadas quedas nas participações de títulos: i) remunerados pela taxa Selic, em função do resgate líquido de LFT no valor de R\$ 1,8 bilhão; ii) cambiais, tendo em vista a apreciação cambial de 3,2% no mês; e iii) remunerados a índices de preços, decorrente do resgate líquido em NTN-C de R\$ 288,5 milhões. Em junho, a participação dos títulos cambiais no total da dívida atingiu 8,48%, representando queda de 43,1% comparativamente ao mesmo mês em 2002.

Composição

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2002/2003

Indexador	(%)		
	2002		2003
	Jun	Mai	Jun
Selic	60,28	71,37	70,89
Câmbio	14,91	8,88	8,48
Prefixados	10,45	3,50	4,77
Índices de Preços	11,89	14,24	13,88
TR	2,47	2,00	1,98
Outros	0,01	0,01	0,00

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público decresceu de 24,8% a.a. em maio, para 16,2% a.a. em junho, devido, principalmente, à apreciação cambial, que reduziu o custo da NTN-D, de 53,0% a.a. em maio, para - 24,7% a.a. em junho.

Custo Médio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 22,6% a.a., em maio, para 21,4% a.a., em junho. A queda foi fortemente influenciada pela variação negativa do IGP-M no mês, que reduziu o custo da NTN-C, de 7,1% a.a. em maio, para - 2,2% a.a., em junho, além dos custos gradativamente menores de emissão das LTN (com destaque para a queda nas taxas médias de emissão das LTN com prazo de 12 meses, as quais passaram de 24,0% a.a. em maio para 22,8% a.a. em junho).

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 21,38% a.a. em junho.

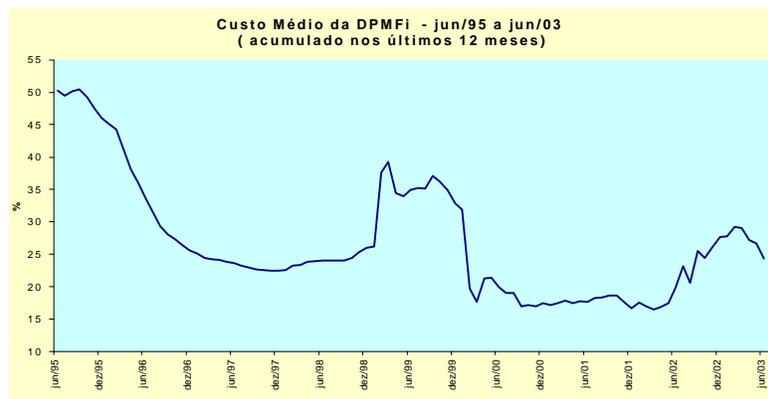
TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO
PÚBLICO
BRASIL, 2000/2003

Período	(% anual)	
	Total (1)	Total (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002		
Jun	19,65	47,10
Jul	19,64	64,18
Ago	20,17	-4,14
Set	21,01	93,52
Out	24,35	8,35
Nov	31,73	27,83
Dez	29,06	20,94
2002	21,00	27,62
2003		
Jan	28,13	24,93
Fev	29,11	27,34
Mar	29,74	13,32
Abr	25,53	1,46
Mai	22,56	24,84
Jun	21,38	16,16

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses decresceu de 26,7% a.a. em maio, para 24,4% a.a. em junho (vide gráfico a seguir). A queda deste indicador decorreu das menores variações nos índices de preços e da apreciação do câmbio em junho, mantendo a tendência decrescente. Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



Prazo Médio

O prazo médio da DPMFi em poder do público manteve-se praticamente estável (32,79 meses, em junho, contra 32,88 meses, em maio). Entretanto, as emissões de LFT e LTN com prazos médios de emissão superiores (30,2 e 10,4

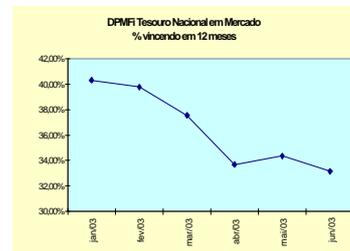
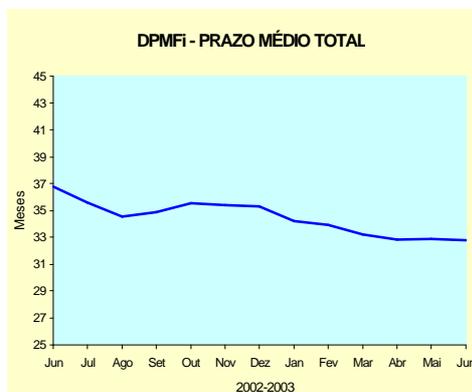
meses, respectivamente) aos prazos médios do estoque destes títulos em maio (20,7 meses e 7,4 meses, respectivamente) suavizaram o movimento de redução do prazo médio total da DPMFi decorrente do mês transcorrido.

O percentual vincendo em 12 meses da DPMFi caiu de 40,3% em janeiro para 33,2% em junho.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003 (meses)

Período	Total	Of. Pub. (1)
2002		
Jun	36,76	24,00
Jul	35,60	22,83
Ago	34,57	21,28
Set	34,85	21,40
Out	35,53	22,43
Nov	35,39	22,68
Dez	35,32	23,05
2003		
Jan	34,21	22,09
Fev	33,91	22,07
Mar	33,21	21,94
Abr	32,85	22,44
Mai	32,88	23,01
Jun	32,79	23,50

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003 (meses)

Título	2002			2003		
	Jun	Mai	Jun	Jun	Mai	Jun
LTN	4,41	7,43	7,34			
LFT	30,70	20,66	21,47			
NTN-C	67,73	67,06	66,66			
NTN-D	17,09	16,20	15,38			
TDA	48,64	52,95	52,12			
Dívida Securitizada*	56,71	57,08	56,90			
Demais	116,75	117,93	117,77			
Total	36,76	32,88	32,79			

(*) Inclui dívida agrícola.

A dívida externa líquida passou de R\$ 223,0 bilhões, em maio, para R\$ 217,1 bilhões, em junho, devido à queda da dívida mobiliária em poder do público e ao pagamento de principal da dívida junto ao Clube de Paris e organismos multilaterais.

Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), em moeda nacional, apresentou redução de 2,7% em junho. O principal fator que determinou este decréscimo foi a desvalorização do dólar frente ao real no mês. Em dólares, o saldo devedor manteve-se praticamente estável, tendo tido pequeno crescimento da ordem de 0,49%, impulsionado pela emissão externa soberana do bônus Global 2013, com liquidação financeira em 17 de junho.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003 (R\$ milhões)

	2002		2003	
	Jun	Mai	Jun	Mai
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	163.790,8	169.781,7	167.339,2	
Bônus de Renegociação	53.853,7	53.680,6	51.986,3	
Bônus de Captação	109.937,1	116.101,1	115.352,9	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	54.544,8	60.119,1	56.406,1	
Organismos Multilaterais	29.007,1	33.274,5	32.300,4	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.680,0	9.597,2	9.283,7	
Clube de Paris	15.857,8	17.247,4	14.821,9	
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	218.335,6	229.900,8	223.745,3	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.565,6	-5.925,6	-5.615,4	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.004,6	-968,8	-1.005,6	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	212.765,4	223.006,4	217.124,3	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	17,1%	15,7%	15,1%	

Em junho, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 217,1 bilhões.

O serviço da DPFe referente a junho totalizou R\$ 4,0 bilhões, sendo R\$ 3,1 bilhões relativos ao pagamento de principal e o restante a juros e encargos, no montante de R\$ 860,9 milhões. Do total despendido no mês, a maior parte referiu-se aos pagamentos de principal da dívida junto ao Clube de Paris e organismos multilaterais.

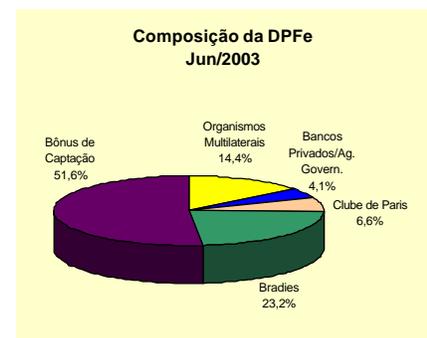
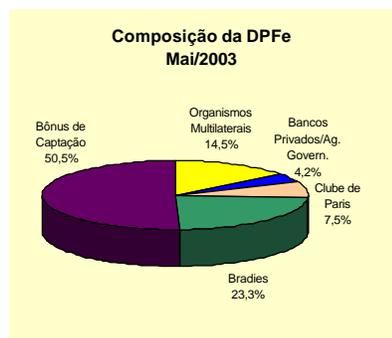
As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 4,0 bilhões no mês.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Jun/2003

Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	3.131,7	860,9	3.992,6
I.1. Organismos Multilaterais	1.260,5	213,6	1.474,1
I.2. Bancos Privados/Ag Govern.	185,1	41,9	226,9
I.3. Clube de Paris	1.686,2	379,6	2.065,8
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	225,8	225,8

Composição

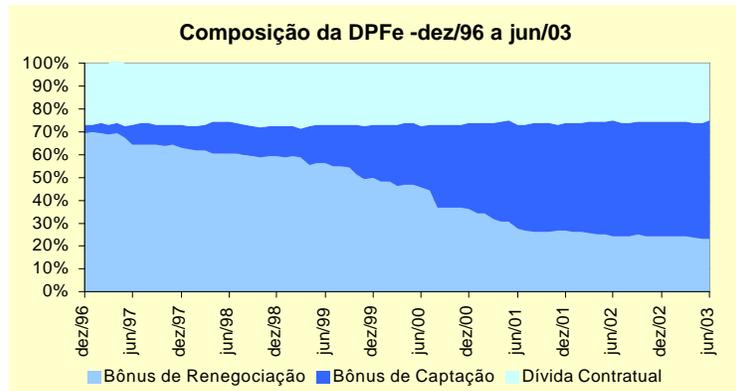
Não foram observadas, no mês de junho, alterações significativas na composição da DPFe. O pequeno aumento na participação dos bônus de captação (51,6% em junho, frente a 50,5% em maio), deveu-se a emissão do bônus Global 2013 e a queda na participação do Clube de Paris decorreu da amortização mencionada.



Como pode ser visto no gráfico a seguir, a participação dos bônus da dívida renegociada (*Bradies*) em relação ao total da DPFe de responsabilidade do Tesouro Nacional vem decrescendo continuamente, como decorrência tanto das amortizações quanto dos resgates antecipados em virtude de operações de troca ocorridas ao longo dos últimos anos.

Também pode ser observado aumento na participação dos bônus de captação (novas emissões) na composição da DPFe. Desde a primeira captação soberana após o Plano *Brady*, ocorrida em maio de 1995, foram emitidos

US\$ 43,2 bilhões em novos bônus no mercado internacional, dos quais US\$ 29,4 bilhões pagos com moeda corrente e US\$ 13,5 bilhões em troca pelos *Bradies*. Do total de emissões externas soberanas, US\$ 27,5 bilhões vencem após 2007. Em dezembro de 1996, o percentual da dívida renegociada era de 69,5% e dos novos bônus de 3,6%, enquanto que atualmente - junho de 2003 - as participações são de 23,2% e 51,6%, respectivamente.



O prazo médio da dívida mobiliária externa decaiu levemente para 6,20 anos em junho, contra 6,25 anos em maio. Tal comportamento reflete a tendência de queda do prazo médio pela transcorrência de um mês, tendo sido amenizada pela emissão do bônus Global 2013 com prazo de emissão maior que o do estoque da dívida mobiliária externa. Quanto ao custo médio, em dólares, este indicador manteve-se praticamente estável em relação a maio, tendo atingido 8,62% a.a..

Prazo e Custo Médios

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2002/2003

Título	2002		2003
	Jun	Mai	Jun
Prazo Médio (anos)	6,14	6,25	6,20
Bônus de Renegociação	6,28	6,58	6,50
Bônus de Captação	6,07	6,10	6,06
Globais	7,40	7,55	7,17
Euros	3,30	3,41	3,38
Demais	2,71	2,41	1,70
Custo Médio (% a.a.) *	8,59	8,60	8,62
Bônus de Renegociação	5,15	4,76	4,76
Bônus de Captação	10,27	10,37	10,36
Globais	11,16	11,53	11,99
Euros	10,04	10,28	10,28
Demais	4,92	5,08	5,07

* Custo Médio em dólares.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou, em junho, custo médio de 8,62 % a.a. e prazo médio de 6,20 anos.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
I. RECEITA TOTAL	22.331,6	27.136,3	24.129,9	29.018,5	29.964,3	26.975,2	33.938,3	32.439,4	27.721,8	26.251,4	32.106,6	29.574,5	25.112,9
I.1. Receitas do Tesouro	17.042,4	21.359,8	18.323,9	23.262,1	23.872,9	21.143,6	23.865,0	26.978,1	21.610,3	20.539,2	26.256,4	23.527,8	18.941,4
I.1.1 Receita Bruta	18.174,1	22.535,1	19.746,4	24.005,6	24.826,4	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.905,9	20.474,4
- Impostos	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3
- Contribuições	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7
- Demais	1.315,8	2.512,3	1.572,6	2.090,6	2.673,8	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,8	2.244,2	1.457,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.289,2	5.776,5	5.806,0	5.756,4	6.091,4	5.831,6	10.073,3	5.461,4	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7	6.171,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.676,3	4.245,1	4.183,2	4.413,3	5.273,2	5.406,5	4.742,2	5.704,3	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9	4.227,2
II.1. Transferências Constitucionais	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9
II.3. Demais	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.655,4	22.891,3	19.946,8	24.605,2	24.691,2	21.568,7	29.196,1	26.735,1	21.577,1	21.481,8	27.604,4	22.838,7	20.885,6
IV. DESPESA TOTAL	16.824,6	20.929,5	18.561,8	17.598,2	20.853,1	20.540,4	32.301,8	19.653,0	17.684,4	17.339,2	17.946,6	19.140,1	20.133,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.923,1	7.046,9	5.543,6	5.248,9	5.684,4	6.411,4	8.790,1	7.514,5	5.942,4	5.629,1	5.641,6	5.899,1	6.444,9
IV.1.1. INSS	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4	339,4
IV.1.2. Demais	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.059,3	5.649,6	5.328,2	5.345,2	5.609,7	6.105,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.733,9	7.091,5	7.117,2	7.167,1	7.230,0	7.864,5	13.070,8	7.201,3	7.166,6	7.209,7	7.371,8	7.825,9	7.979,9
IV.3. Custeio e Capital	4.167,6	6.791,1	5.901,0	5.182,2	7.938,7	6.264,5	10.440,9	4.936,3	4.501,0	4.458,9	4.893,8	5.372,1	5.645,1
IV.3.1. Despesa do FAT	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1
- Abono e Seguro Desemprego	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3
- Demais Despesas do FAT	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	116,3	167,1	115,6	127,8	154,8	344,8
- Operações Oficiais de Crédito	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8	16,8	101,5	243,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	101,5
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.535,7	5.646,6	9.514,6	4.250,9	3.938,3	3.915,0	4.174,0	4.376,3	4.880,2
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	74,4	41,5	39,4	43,1	63,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.830,7	1.961,8	1.385,0	7.007,0	3.838,1	1.028,3	-3.105,7	7.082,1	3.892,6	4.142,6	9.657,8	3.698,6	752,2
V.1. Tesouro Nacional	3.275,4	3.276,7	2.696,1	8.417,8	4.976,7	3.061,3	-108,3	8.822,1	4.947,8	5.640,1	11.179,4	5.477,7	2.560,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6	-1.779,2	-1.808,5
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-70,7	-60,0	-77,5	-86,8	-58,2	-48,0	-142,0	-38,0	23,8	-13,6	-20,7	-25,8	2,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.760,1	1.901,8	1.307,5	6.920,2	3.779,8	980,4	-3.247,7	7.044,1	3.916,5	4.129,0	9.637,1	3.672,8	754,7
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	21,4	187,8	110,4	-876,3	533,1	580,2	-1.118,4	-325,9	690,7	-676,2	672,8	-311,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.781,5	2.089,6	1.417,9	6.043,9	4.312,9	1.560,5	-4.366,1	6.718,2	4.607,2	3.452,8	10.309,9	3.361,5	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-23.076,4	-28.470,0	12.383,6	-40.920,9	565,3	-499,5	2.139,2	-11.083,9	-8.783,8	-172,1	12.359,5	-12.542,4	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-21.294,9	-26.380,4	13.801,5	-34.877,0	4.878,2	1.061,1	-2.226,9	-4.365,6	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	-9.181,0	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	22.621,9	25.244,1	27.311,1	27.193,5	33.751,5	30.054,7	37.468,8	26.460,3	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1	28.051,7
I.1 - Recolhimento Bruto	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	911,5	676,4	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,6	1.000,0
I.4 - Receita das Operações de Crédito	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5
I.5 - Receita do Salário Educação	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,6	2,4	2,3	2,3	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8
II. DESPESAS	26.686,6	25.320,7	28.930,8	26.459,9	33.935,4	31.130,5	40.427,0	24.790,6	29.763,1	25.375,3	28.898,5	27.880,2	38.157,6
II.1 - Liberações Vinculadas	4.498,2	4.898,4	5.540,3	5.214,3	5.615,6	6.262,4	5.726,0	6.856,8	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0	5.494,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5
II.2 - Liberações Ordinárias	22.188,4	20.422,3	23.390,6	21.245,6	28.319,8	24.868,1	34.701,0	17.933,8	22.791,3	19.673,3	23.337,9	20.088,3	32.662,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.457,7	5.352,9	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,4	5.711,2	5.707,9	6.274,6	7.612,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5
i) Dívida Contratual Interna	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3
ii) Dívida Contratual Externa	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.567,2	4.437,4	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.006,8	3.836,7	3.759,4	3.934,0	4.445,8	3.865,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	143,1	325,3	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-4.064,7	-76,6	-1.619,7	733,6	-184,0	-1.075,8	-2.958,2	1.669,7	815,8	2.652,8	22,2	6.154,8	-10.105,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	7.044,0	25.584,9	9.433,4	4.149,4	11.012,4	35.037,7	36.723,8	16.269,0	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.971,3	37.583,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	595,2	3.063,5	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	896,4	567,7
V. DESPESAS	18.295,1	10.345,3	10.869,9	14.717,5	31.814,5	34.760,9	24.406,4	8.056,9	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7	31.410,0
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2
V.2.1 - Dívida Interna	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7
V.2.2 - Dívida Externa	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-9.969,4	14.855,9	-2.397,2	-10.358,6	-17.742,6	579,5	13.789,9	8.245,6	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7	8.471,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	8.687,0	3.163,4	4.970,2	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-6.628,8	18.326,4	1.914,0	-5.607,2	-16.113,8	-4.391,1	-2.709,9	8.524,2	1.758,3	8.389,6	33.273,2	14.962,8	-7.019,5

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	9.811,3	10.946,5	8.850,3	21.133,5	13.264,3	12.123,0	1.359,2	12.234,7	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2	17.212,9
I.1. Emissão de Títulos	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	341,8	105,1	204,7	322,3	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1
II. DESPESAS NO BACEN	1.124,2	7.783,2	3.880,1	16.906,2	8.392,0	15.715,1	13.428,5	13.592,4	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8	20.300,0
II.1. Resgate de Títulos	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0
II.2. Encargos da DPMF	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0
III. RESULTADO (I - II)	8.687,0	3.163,4	4.970,2	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	0,2	2,0	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	37,8	15,8	61,8	3,2	14,5	15,7
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. TOTAL	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	79,4	109,9	62,8	16,8	101,5	243,4

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
I. DÍVIDA INTERNA	135.042,0	141.710,9	122.082,0	111.107,0	92.672,9	87.865,6	69.689,7	70.007,0	73.778,3	86.301,8	88.276,1	108.126,3	124.606,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	544.610,9	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3
Dívida Bancária	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9
INSS	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0
Lei 7.976/89	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6
Bônus Renegociação	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3
Lei 8.727/93	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1
Lei 9.496/97	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5
Recebíveis das Estatais	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.085,6	-29.779,9	-30.009,2	-30.178,4
Outros	-30.505,9	-37.194,8	-37.548,8	-38.043,8	-38.429,6	-38.843,3	-40.341,4	-42.236,0	-42.401,1	-42.842,0	-43.176,1	-42.789,6	-42.571,1
Fat	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5
Demais Entidades	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.902,9
Créditos das Operações Oficiais	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6
Arrecadação a Recolher	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.516,3
II. DÍVIDA EXTERNA	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3
Dívida Mobiliária	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2
Títulos Depositados em Garantias	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4
Dívida Contratual	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1
Disponibilidades	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	347.807,4	398.619,4	347.601,1	398.921,2	360.583,9	357.993,8	332.378,6	332.661,1	338.316,3	335.000,2	300.435,2	331.132,7	341.731,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	28,0%	31,7%	27,4%	31,2%	27,9%	27,4%	25,2%	24,9%	25,0%	24,5%	21,6%	23,4%	23,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	53.853,7	64.912,6	57.221,9	73.682,7	67.564,3	67.329,2	65.418,4	65.279,6	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6	51.986,3
Brazil Investment Bond (BIB)	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9
Par Bond (PB)	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5
Discount Bond (DB)	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8
Debt Conversion Bond (DCB)	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0
New Money Bond (NMB)	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8
Eligible Interest (EI)	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	109.937,1	129.566,6	114.383,5	147.215,0	137.774,0	137.526,9	135.249,3	135.707,2	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1	115.352,9
Bônus Marco Alemão 2007	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7
Bônus Global 2007	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0
Bônus EuroIra	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0
Bônus Eurosterling 2007	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4
Bônus Euro 2003	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3
Bônus Global 2008	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.362,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0
Bônus Global 2004	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0
Bônus Euro 2002	2.259,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7
Bônus Global 2009	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0
Bônus Euro 2006	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0
Bônus Global 2020	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0
Bônus Euro 2010	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9
Bônus Global 2030	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2
Bônus Samurai 2003	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.719,2	7.728,3	7.830,6	7.375,7	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4
Bônus Euro 2005	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0
Bônus Global 2007	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.741,0	4.718,0
Bônus Global 2040	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8
Bônus Euro 2007	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9
Bônus Samurai 2006	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6
Bônus Global 2006	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0
Bônus Euro 2011	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2
Bônus Global 2024	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8
Bônus Samurai 2007	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.369,6	2.375,1	2.377,9	2.349,5	2.269,5	2.194,0	1.940,1	1.984,5	1.918,2
Bônus Global 2005	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0
Bônus Global 2012	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0
Euro Bond 2009	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.590,0
Bônus Global 2010	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4
III. DÍVIDA CONTRATUAL	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6
V. TOTAL (I+II+III+IV)	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	17,1%	20,5%	17,8%	22,5%	20,8%	20,7%	19,9%	19,6%	19,5%	18,2%	15,2%	15,7%	15,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	760.458,8	806.298,3	799.952,0	831.903,3	821.160,9	832.223,7	840.972,1	872.999,6	888.560,4	898.891,6	899.117,2	923.238,8	935.539,1
I. Dívida em Mercado	544.610,9	575.976,6	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3
Dívida Securitizada	20.608,8	20.704,7	21.359,4	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1
Certificados de Privatização	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4
TDA	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0
LTN	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8
LFT	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1
LFT-A	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6
LFT-B	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8
NTN-A	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9
NTN-B	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3
NTN-C	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4
NTN-D	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0
NTN-H	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5	168,2
NTN-I	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7
NTN-P	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3
CFT-A	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5
CFT-D	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3
Demais	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6	3.639,9
II. Dívida com BACEN	215.847,8	230.321,7	245.471,9	264.017,0	266.121,4	269.510,7	283.766,7	297.980,2	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2	299.869,9
LTN	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3
LFT	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5
NTN-D	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2
Demais	1.610,0	1.696,4	5.494,1	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8
Dívida em Mercado/PIB	43,8%	45,9%	43,8%	44,4%	43,0%	43,1%	42,2%	43,0%	43,2%	43,9%	43,4%	44,0%	44,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jun/2002	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2003
I. INTERNA	-95.200,3	-98.067,7	-99.480,4	-101.364,7	-103.516,1	-109.023,6	-110.307,8	-115.124,5	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.734,4	-120.091,4
Dívida contratual	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9
FAT	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5
Aplicações financeiras	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5
Fundos Regionais	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.154,1
Demais	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2
II. EXTERNA	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6
Disponibilidades	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-96.204,9	-99.137,6	-100.662,9	-102.491,1	-104.619,5	-110.272,1	-111.398,8	-116.234,7	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.703,2	-121.097,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,7%	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-8,1%	-8,4%	-8,4%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,7%	-8,6%	-8,4%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Confirmando o alerta da Secretaria do Tesouro Nacional, registrado nos boletins dos meses anteriores, as Transferências dos Fundos de Participação dos Estados, DF e dos Municípios, no mês de junho de 2003, foram 29,8% menores do que aquelas do mês de maio de 2003.

A redução se explica pelo pagamento do primeiro lote das restituições do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF), em torno de R\$ 1 bilhão, e pelo comportamento da arrecadação no mês de junho, abaixo do inicialmente previsto, principalmente no que se refere ao IPI sobre automóveis, que teve uma retração de 22,0% em relação ao mesmo mês do ano de 2002.

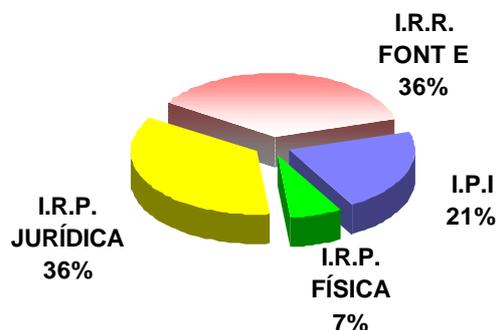
Mesmo com a queda no mês de junho, as transferências dos fundos de participação, no primeiro semestre de 2003, tiveram crescimento nominal de 7,9%, em relação ao mesmo período do exercício de 2002.

Para o mês de julho de 2003, as estimativas atuais de arrecadação do IPI e do Imposto de Renda indicam um decréscimo de 16%, tendo por base os repasses ocorridos no mês de junho.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **junho** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/03 MAI/03	JUN/03 JUN/02	JAN A JUN/03 JAN A JUN/02
2002	1.445,0	2.052,5	11.163,3	-	-	-
2003	1.744,7	2.484,4	12.042,6	-29,8 %	+20,7 %	+7,9 %

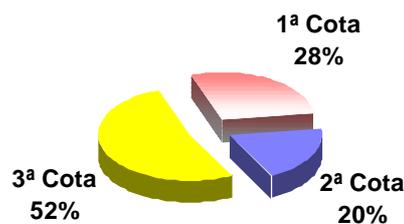
ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/03 MAI/03	JUN/03 JUN/02	JAN A JUN/03 JAN A JUN/02
2002	1.380,8	1.961,3	10.667,2	-	-	-
2003	1.667,2	2.374,0	11507,4	-29,8 %	+20,7%	+7,9 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

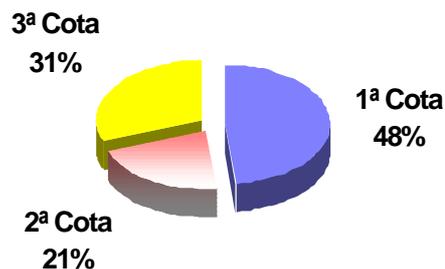


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **junho** foram efetuados nas seguintes datas: **10/06, 20/06 e 30/06**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUN	-32,0 %	-29,8 %	-32,0 %	-29,8 %	+16,0 %	+11,8 %

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de maio a 20 de junho, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Mai	489,0	4.277,0	4.766,0						
JUN/2003	1.355,3	4.858,8	6.214,1	JUN/2003	7.754,3	1.417,1	1.483,0	121,1	533,2
1º Dec./Jun	655,9	1.113,8	1.769,7	3º Dec./Mai	4.766,0	871,0	911,5	41,6	321,9
2º Dec./Jun	280,3	938,3	1.218,6	1º Dec./Jun.	1.769,7	323,4	338,5	55,7	126,6
3º Dec./Jun	419,1	2.806,6	3.225,7	2º Dec./Jun.	1.218,6	222,7	233,1	23,8	84,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.150,07	48.479,06	9,13	10.031,30
AL	35.182,25	58.952,86	299,21	17.000,05
AM	20.735,23	39.542,81	4.162,47	11.773,90
AP	5.607,75	48.351,52	13,37	9.686,73
BA	134.342,58	133.153,73	6.307,03	55.753,47
CE	77.526,02	103.971,35	1.525,87	32.947,95
DF	3.178,71	9.780,84	3,65	2.610,64
ES	26.249,08	21.256,53	4.669,60	10.908,06
GO	54.440,59	40.289,62	1.051,90	17.435,14
MA	59.753,08	102.289,25	1.113,42	37.971,00
MG	193.252,16	63.124,80	13.826,78	52.830,53
MS	22.551,65	18.875,80	895,98	7.961,35
MT	28.202,27	32.705,29	883,21	11.678,48
PA	53.580,66	86.613,27	5.216,97	31.597,89
PB	47.858,61	67.863,59	432,61	20.612,58
PE	75.521,58	97.782,86	813,04	29.548,39
PI	36.746,23	61.238,64	81,27	18.517,64
PR	100.444,32	40.857,88	13.496,84	31.339,47
RJ	43.788,58	21.649,07	9.391,19	15.544,69
RN	36.711,37	59.205,10	437,86	17.148,16
RO	13.387,95	39.899,92	152,81	9.530,19
RR	7.065,64	35.154,05	13,54	7.468,17
RS	100.402,09	33.369,92	19.653,72	31.056,72
SC	57.893,24	18.136,07	12.396,85	17.037,20
SE	22.639,87	58.884,83	60,72	14.497,35
SP	197.265,56	14.171,02	24.228,22	53.300,80
TO	22.574,79	61.502,22	3,88	14.869,20
TOTAL	1.485.051,94	1.417.101,89	121.141,11	590.657,05

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Jul/Jun	Ago/Jul	Set/Ago
FPM	-16,0 %	+27,0 %	-12,0 %
FPE	-16,0 %	+27,0 %	-12,0 %
IPI-EXP	-3,0 %	+18,0 %	+10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Set/2002	28/10/02	Jan/2003	20/02/03
Out/2002	26/11/02	Fev/2003	25/03/03
Nov/2002	19/12/02	Mar/2003	28/04/03
Dez/2002	27/01/03	Abr/2003	27/05/03
Jan a Dez/02	27/01/03	Mai/2003	24/06/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no mês de junho de 2003 apresentaram decréscimo da ordem de 15,4%. Contribuíram negativamente para isso as transferências dos Fundos de Participação que recuaram 29,8% em relação ao mês de maio e, também, as transferências originárias do ICMS-Estadual, que recuaram 8,7%.

No mês de junho as transferências globais atingiram R\$ 1,8 bilhão contra R\$ 2,1 bilhão no mês de maio.

R\$ Mil					
Origens	maio	Partic.	junho	Partic.	Abr/Mai
FPM	369.763,9	17,0%	259.669,9	14,1%	-29,8%
FPE	356.103,4	16,4%	250.076,8	13,6%	-29,8%
IPI-EXP	19.126,5	0,9%	21.377,8	1,2%	11,8%
LC 87/96	39.782,7	1,8%	39.782,7	2,2%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	19.749,8	0,9%	19.749,8	1,1%	-
ICMS	1.364.457,9	62,9%	1.245.154,8	67,8%	-8,7%
Total	2.168.984,1	100%	1.835.811,8	100%	-15,4%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

REGIÃO SUDESTE - OS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS EM ARRECADAÇÃO FUNDEF E VALORES PER CAPITA

Apresentamos abaixo, no Quadro I, os dez maiores municípios da Região Sudeste, exceto as capitais, classificados em arrecadação de FUNDEF a nível nacional, em valores absolutos. O primeiro município em arrecadação é Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

No Quadro II, apresentamos a classificação em arrecadação per capita dos municípios por Estado, excluídas as Capitais. A maior arrecadação per capita pertence ao Estado de São Paulo. Nota-se que o montante de recursos do FUNDEF destinados aos municípios do Estado de São Paulo, corresponde quase a metade de toda a região sudeste.

No boletim do mês de agosto, referente às transferências do mês julho, estaremos apresentando o comportamento do FUNDEF na região Sul.

QUADRO I		
MUNICÍPIOS COM MAIORES VALORES FUNDEF		
JANEIRO A JUNHO 2003		
MUNICÍPIOS	UF	VALORES
DUQUE DE CAXIAS	RJ	33.213.213,47
BARUERI	SP	25.237.120,47
SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	23.794.171,02
NOVA IGUACU	RJ	23.510.522,09
CONTAGEM	MG	23.468.524,72
SAO GONCALO	RJ	21.993.715,92
CAMPINAS	SP	20.363.060,56
SAO VICENTE	SP	19.762.984,47
PETROPOLIS	RJ	19.001.121,72
BETIM	MG	18.367.010,42

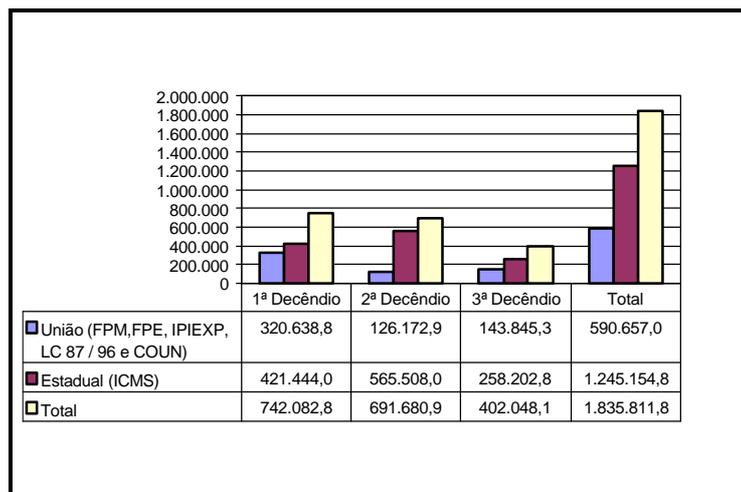
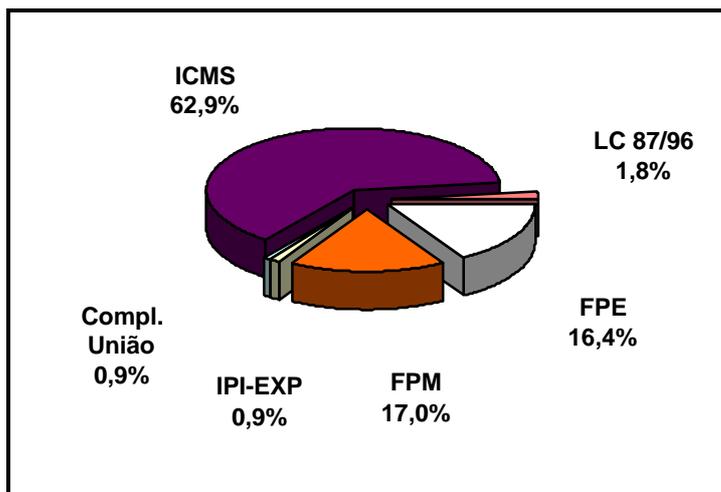
Fonte : SIAFI

QUADRO II		
ESTADOS COM VALORES FUNDEF - PER CAPITA		
JANEIRO A JUNHO 2003		
ESTADO	VALORES	PER CAPITA
ESPÍRITO SANTO	99.472.451,97	461,80
MINAS GERAIS	482.842.809,01	361,49
RIO DE JANEIRO	365.503.186,59	471,28
SÃO PAULO	825.824.955,88	592,53

Fonte : SIAFI/FUNDEF

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JUNHO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	8.555	1.438	2	0	36	2.184	12.215	85,8	591,7
AL	674.791	10.403	6.209	53	0	335	8.527	25.527	37,8	257,5
AM	698.347	6.978	3.659	735	0	402	20.994	32.768	46,9	343,3
AP	122.638	8.533	990	2	0	162	2.831	12.518	102,1	633,0
BA	3.440.155	23.498	23.707	1.113	5.953	1.483	64.073	119.827	34,8	232,4
CE	1.666.055	18.348	13.681	269	0	650	24.526	57.474	34,5	257,4
DF(2)	304.072	1.726	561	1	0	323	0	2.611	8,6	58,4
ES	517.896	3.751	4.632	824	0	1.701	23.347	34.255	66,1	466,6
GO	992.400	7.110	9.607	186	0	532	39.903	57.338	57,8	375,7
MA	1.529.025	18.051	10.545	196	8.509	670	7.167	45.138	29,5	213,6
MG	3.308.674	11.140	34.103	2.440	0	5.148	138.025	190.856	57,7	366,0
MS	447.658	3.331	3.980	158	0	493	21.558	29.519	65,9	395,9
MT	567.420	5.772	4.977	156	0	774	28.906	40.585	71,5	416,0
PA	1.559.147	15.285	9.455	921	4.196	1.741	14.081	45.679	29,3	238,6
PB	794.932	11.976	8.446	76	0	115	11.112	31.725	39,9	274,1
PE	1.577.542	17.256	11.611	143	0	538	33.940	63.488	40,2	264,0
PI	730.910	10.807	6.485	14	1.092	120	7.308	25.825	35,3	235,5
PR	1.573.023	7.210	17.725	2.382	0	4.022	82.318	113.658	72,3	459,1
RJ	2.011.227	3.820	7.727	1.657	0	2.340	121.693	137.238	68,2	474,9
RN	567.686	10.448	6.478	77	0	144	14.668	31.816	56,0	358,3
RO	299.607	7.041	2.363	27	0	99	10.800	20.330	67,9	406,9
RR	74.129	6.204	1.247	2	0	15	1.385	8.853	119,4	841,0
RS	1.579.414	5.889	17.693	3.468	0	4.006	63.660	94.717	60,0	529,7
SC	887.879	3.200	10.216	2.188	0	1.433	50.875	67.912	76,5	524,3
SE	389.133	10.391	3.995	11	0	100	8.884	23.382	60,1	394,9
SP	5.244.645	2.501	34.154	4.276	0	12.370	436.119	489.420	93,3	608,7
TO	279.768	10.853	3.984	1	0	31	6.270	21.139	75,6	484,2
Total	31.980.507	250.077	259.670	21.378	19.750	39.783	1.245.155	1.835.812	57,4	388,2

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.